

ASS. CONSTITUINTE

André Gustavo Stumpf

MAQUIAVEL ensina nas suas instruções a Raffaello Girolami que "de vez em quando as palavras devem servir para velar os fatos. Mas é preciso que isto aconteça de tal modo que ninguém perceba; ou, se perceberem, deve-se ter à mão uma desculpa que se possa apresentar imediatamente". O governo Sarney já apresentou explicações sobre os insucessos da economia nacional, depois que o Plano Cruzado foi insuficiente para conter a inflação e resolver os problemas da dívida externa do país. Empresários, trabalhadores e políticos esperam, agora, soluções alternativas, eficientes e duradouras, para os problemas nacionais.



Coisas da política

O ensinamento do príncipe florentino foi caprichosamente seguido e admitido pelo governo federal nos últimos meses. Várias razões foram apresentadas para o insucesso do Plano Cruzado e diversos argumentos foram expostos à população, na tentativa de justificar o que está se passando com os salários e com os preços. Na prática, esses esforços desaguaram na duríssima negociação entre patrões e empregados, que caminha na área do ministro Almir Pazzianotto, sem data para ser encerrada.

PAG 11

Mas as notícias sobre a situação econômica não se encerram aí. O governo sabe que dificilmente conseguirá os quatro bilhões de dólares necessários para sustentar o desenvolvimento neste ano. O Brasil, pela primeira vez em três anos, retornará ao mercado financeiro em busca de dinheiro novo. As engenhosas soluções imaginadas até agora pelo técnico buscam maior participação do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento para atribuir a menor parcela de novos empréstimos aos banqueiros particulares, que não estão dispostos a assumir mais riscos em território nacional.

No plano interno, o Governo ainda procura caminhos negociados para romper a paralisia que se abateu sobre o país. É possível que ainda nesta semana seja anunciado o novo salário mínimo — que contemplará a inflação do último ano, mais um aumento real — e os economistas anunciem, finalmente, que o gatilho salarial já disparou para todas as categorias profissionais. O que agora está em discussão na longa mesa de negociação do Ministério do Trabalho não é mais a situação atual, mas alternativas para preços e salários a partir de março. Os salários aumentam neste e no próximo mês, enquanto os preços estão sendo reajustados de acordo com cada caso específico.

São duas situações difíceis, a interna e a externa, que vão se unir no caráter explosivo a tudo o que vai ocorrer neste país a partir do próximo domingo. A Assembléia Nacional Constituinte persiste sendo uma entidade sobre a qual existem mais dúvidas que certezas. Os deputados Euclides Scalco, Pimenta da Veiga e Prisco Viana redigi-

ram um anteprojeto de regimento interno, que está em mão do deputado Ulysses Guimarães, com o objetivo de fornecer idéias para a futura comissão de redação deste documento. Enquanto não houver regimento interno, o presidente da Constituinte, com poder paralelo ao de Presidente da República, exercerá um período de arbítrio.

Os constituintes, no entanto, têm manifestado seu desagrado diante dessas soluções. A Assembléia está tendo seus poderes reduzidos a cada semana. No anteprojeto que está com Ulysses Guimarães está previsto, por exemplo, que a Constituinte realize sessões secretas, o que contraria a transparência de suas ações. E a grande comissão, segundo o projeto, terá poderes para rever o que for elaborado nas subcomissões e mais: competência para redigir o texto final do projeto, submetê-lo ao plenário e posteriormente examinar as emendas a ele apresentadas. Quem estiver na grande comissão, cujo relator deverá ser o deputado Pimenta da Veiga, terá superiores condições de intervir no processo de elaboração constitucional.

Mas para além das preocupações com a política, assessores graduados do Presidente da República estão temerosos de que a inflação retome uma espiral ascendente e o gatilho comece a disparar todos os meses. Essa já batizada "política do bag-bang", aliada à efervescência natural de uma Assembléia Constituinte, poderá colocar novamente o regime na avenida da eleição direta. A superposição de problemas sérios, internos e externos, econômicos e políticos, embaralhados com as dissidências

que vão se mostrando no PMDB e na insatisfação do PFL, poderão antecipar acontecimentos sucessórios.

O ministro Paulo Brossard, da Justiça, está conversando com os governadores eleitos sobre eleição indireta para o vice-presidente da República e também a respeito do mandato do presidente Sarney. Ele levou ao Palácio do Planalto a boa notícia de que a maioria dos doze governadores, com os quais conversou, quer seis anos de permanência do atual Presidente e cinco para os próximos. A notícia é boa para o Presidente da República, mas parte do princípio de que os novos governadores serão capazes de controlar as suas respectivas bancadas durante a Constituinte, situação que somente poderá ser constatada na prática.

A confluência de várias linhas de desacertos também pode ser atribuída ao fim do poder imperial do Presidente da República. O presidente Sarney prefere a negociação à imposição, mas os fatos, nos últimos meses, não o têm auxiliado. As negociações não se concluem, o tempo passa e as pessoas em condições de decidir se tornam mais ansiosas. A recomendação de Maquiavel a Girolami não mais se aplica a este caso. Faltam soluções engenhosas em cada um dos setores e cautela para evitar que tantos e tão sérios problemas ocorram ao mesmo tempo. O contrário disto poderá ser a eleição direta, mesclada com a solução parlamentarista — velho recurso dos políticos brasileiros para evitar danos ainda maiores às suas pretensões.

André Gustavo Stumpf É repórter especial do JORNAL DO BRASIL em Brasília

ANC 88

Pasta 20 a 30

Jan/87

120